

## VIII-033 – CONTROLE SOCIAL – O PAPEL DA SOCIEDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO

**Uilma Santos Pesqueira<sup>(1)</sup>**

Técnica em Saneamento pelo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-PE). Técnica em Saneamento da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). Suplente da Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado da Bahia (SINDAE).

**Orlando Pereira dos Santos**

Acadêmico em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (UFBA). Diretor de Base do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado da Bahia (SINDAE).

**Endereço<sup>(1)</sup>:** Rua General Labatut, 65 - Barris - Salvador - Bahia - CEP: 40070-100 - Brasil - Tel: +55 (71) 3111-1700 - Fax: +55 (71) 3013-6913 - e-mail: [uilma.pesqueira@embasa.ba.gov.br](mailto:uilma.pesqueira@embasa.ba.gov.br).

### RESUMO

O controle da sociedade através da mobilização social estimula a busca consciente de cada cidadão pelos seus direitos de forma participativa. A construção dos pilares de uma sociedade gera oportunidades nos mais diferentes segmentos, tanto na vida social e política de um território, quanto na sua organização e luta por direitos. Dentre as causas que instigam a mobilização por parte da sociedade a preocupação com o meio ambiente é a mais atuante. Devido a sua importância como elemento fundamental para a vida a água é o recurso natural mais presente dentro do contexto social, econômico e político. O Grito da Água é um movimento social que tem por objetivo estimular a sociedade de forma participativa, instigando o aprendizado e a participação com abordagens que remetem ao cuidado com a água, gerando assim, uma relação entre os temas “água” e “cidadania” construindo uma consciência de valorização deste recurso precioso e finito. Disponibilizar a água de forma satisfatória para as gerações futuras é uma prioridade, devido este recurso ser considerado finito não somente pela sua disponibilidade, mas também, pela sua qualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Água, Participação Social, Política Pública.

### INTRODUÇÃO

Com o avanço das cidades e a evolução da sociedade o conceito saneamento vem sofrendo mudanças. De acordo com Moraes & Borja (2006), esta construção depende das condições materiais e sociais de cada época, como o avanço do conhecimento e sua apropriação pela população.

Dentre os desafios deste século o abastecimento de água e o esgotamento sanitário têm enfrentado enormes obstáculos, principalmente o acesso destes serviços para as populações pobres. Segundo Castro & Heller (2013), existem desafios cruciais enfrentados no mundo inteiro pelo setor de água e esgotos, o autor cita ainda que dentro destes desafios estão presentes fatores que vão além de soluções tecnológicas e fenômenos naturais, como a seca.

A demanda crescente por água tem feito do uso planejado deste recurso um tema atual e de grande relevância. Isto posto, faz-se necessário ações com reflexo em vários ambientes da sociedade.

Como observa Sá de Oliveira (2006); o controle social como forma participativa, vem sendo defendido por todos aqueles que buscam tornar as ações do Estado no campo do saneamento básico voltadas para o interesse público, e consequentemente, com impactos para a sociedade como um todo.

É neste ambiente que acontece o Grito da Água a maior manifestação de rua da América Latina em defesa do bem mais valioso do planeta, promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia - SINDAE.

## MATERIAIS E MÉTODOS

### Grito da Água – O cenário

Ações antrópicas atreladas à busca acelerada pelo crescimento econômico vêm gerando cada vez mais impactos em todos os ecossistemas. Nesse contexto, podemos citar a relação predatória que existe entre a sociedade e a natureza elevando a degradação ambiental em grandes escalas em um curto intervalo de tempo.

Deixando assim, a recuperação dos recursos comprometida uma vez que a trajetória normal dos seus ciclos é fragmentada podendo até ser interrompida.

Dentre todos os recursos naturais a água é a que está diretamente ligada à continuidade da vida das espécies, sendo o homem o mais afetado. Este impacto é gerado não somente por sua escassez, mas, na sua disponibilidade dentro dos padrões considerados próprios para consumo humano.

Como está mencionado na Portaria MS 2914/2011, a água bruta (*In Natura*), mesmo sem passar por um tratamento, deve estar com os parâmetros exigidos nas legislações específicas, com a finalidade de avaliação de risco à saúde humana.

A importância da água dentro da visão do direito destaca que, o debate sobre a importância e consequentemente preocupação deste bem natural tem gerado discussões em vários ambientes sociais inclusive na ONU. A preocupação com a água é mais direta e mais profunda e decorre da conscientização, principalmente com o aumento da população mundial gerando poluição através do aumento das atividades humanas, elevando também o consumo excessivo e o desperdício, tornando este bem natural finito em curto prazo.

É nesse ambiente que se consolidam, a sociedade através da criação de manifestos e dos governos com políticas públicas voltadas para a preservação deste recurso, gerando assim, uma maior abordagem nas discussões sobre o uso da água pelo abastecimento, distribuição e escassez, além da degradação da qualidade do ambiente.

### Grito da Água – A criação

É neste cenário de alerta em defesa da água e do meio ambiente que foi criado o Grito da Água, um movimento social existente há 14 anos. O referido movimento acontece nas ruas da capital baiana, Salvador Bahia, através de uma caminhada da Praça do Campo Grande à Praça Castro Alves.

O movimento celebra a passagem do Dia Mundial da Água com um alerta para a luta em defesa da água para milhares de pessoas chamando atenção também para questões que buscam transformar o valor da água que é um bem natural e universal em algo privado.

Dentro do contexto de investimentos públicos e esgotamento sanitário, as águas são consideradas um problema de saúde pública, em virtude da estratificação na prestação dos serviços de abastecimento e da não universalização do tratamento de águas servidas, da convivência diária com os resíduos sólidos, da incidência de doenças de veiculação hídrica e do comprometimento de qualidade das águas (Sampaio *et. al.*, 2012). Desta forma, este recurso não pode atender única e exclusivamente a lógica do capital. Como cita os referidos autores, referindo-se a estudos realizados na capital baiana, o sistema metabólico do capital se reproduz e ao fazê-lo compromete a qualidade do ambiente e das águas.

A provisão adequada de serviços de saneamento é reconhecidamente um requisito essencial para a proteção da saúde pública e para a manutenção de condições de vida básicas, e a universalização sustentável desses serviços em escala global constitui um dos maiores desafios do início do século XXI (Castro & Heller, 2013).

A constatação de que o excesso de uso dos recursos naturais pode levá-los à exaustão fez a humanidade reconhecer sua importância para a economia e a necessidade de mudança que deve ocorrer no comportamento dos agentes econômicos, de maneira que passem a incorporar o meio ambiente em suas análises, introduzindo, por conseguinte, uma nova dimensão no debate: a sustentabilidade da economia, ou seja, a gestão de forma

economicamente racional destes recursos. Esta é a essência do desenvolvimento sustentável: progresso econômico com igualdade econômica e social que possibilite, dentre outros, a conservação e preservação do meio ambiente.

Com esta visão, dentro do manifesto várias bandeiras são levantadas, a saber:

- A escassez da água e a degradação dos mananciais hídricos – Dentro deste contexto é abordado a questão do semi-árido brasileiro onde a estiagem é constante, além, de informar a situação dos rios e córregos da capital baiana, onde a maioria foi tamponado, e sobre a degradação hídrica em todo o estado com o foco voltado para o cenário global através dos efeitos e impactos sociais e econômicos da seca;
- A questão das Privatizações e Parcerias Públicas Privadas PPP's – Esclarecendo a população sobre a água como bem público e a mão dupla entre a privatização e a universalização dos serviços de saneamento;
- Os desafios para a universalização ao acesso à água e ao saneamento para todos – como está citado na Lei 11.445/2007, em particular o cenário baiano, gerando reflexões e análises para gerações futuras.

### **Grito da Água – Lei 11.445 de 05 janeiro de 2007**

A Lei 11.445 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Federal de Saneamento Básico.

O artigo 47º da referida lei cita o controle social de forma a estabelecer mecanismos promovendo uma participação eficaz, a mesma menciona também que para este controle existir o mesmo dependerá das iniciativas locais.

A participação contínua da sociedade na gestão pública é um direito assegurado pela Constituição Federal, permitindo que os cidadãos não só participem da formulação das políticas públicas, mas, também, fiscalizem de forma permanente a aplicação dos recursos públicos.

É de fundamental importância que cada cidadão assuma essa tarefa em participar de gestão pública e de exercer o controle social, para que isso ocorra é de notável apreço a sensibilização da sociedade sobre a responsabilidade de forma coletiva no que se refere os serviços de saneamento.

### **RESULTADOS**

Este ato público em defesa da água e do meio ambiente reforça o grito dos milhares de manifestantes que vão às ruas de Salvador todos os anos fazendo desta caminhada a maior manifestação popular em defesa da água de toda América Latina. Esta mobilização social leva mais de 10.000 pessoas para as ruas da capital baiana todos os anos. Segundo Sá de Oliveira (2006), o controle social de forma ativa é uma forma da sociedade exercer o controle sobre o Estado, ou ainda a possibilidade de os cidadãos definirem meios para fiscalizar a ação pública.

É dentro deste contexto que o Grito da Água estimula a percepção de todos incentivando a participação como aprendizagem e criando atores responsáveis em construir e viabilizar soluções para diversos problemas sobre a degradação dos recursos hídricos, a consequente possibilidade de escassez dentro do modelo de acumulação capitalista, onde a produção e o consumo tendem a apresentar crescimento indiscriminado e a satisfação das necessidades presentes conduz a um uso descontrolado e degradador da água dentro do saneamento através do controle social (Figura 01).

É mister salientar a importância da participação ativa da sociedade gerando resultados como a revogação da Lei que autorizava a privatização da Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento), um dos maiores resultados inseridos nesta manifestação popular. Descrito por (Rossi *et. al.*, 2013) com a reação da sociedade local em todo o estado contra a privatização da água e da Embasa foi revogada, após 14 anos, a Lei Estadual nº 7.483/1999 que autorizava a desestatização da Embasa, através de solicitação aos diferentes governos por entidades da sociedade civil lideradas pelo Sindae, por meio da Lei nº 12.810, datada de 13/05/2013.



Figura 01 – Grito da Água

## CONCLUSÕES

As ideias de participação e controle social estão intimamente relacionadas: por meio da participação na gestão pública, os cidadãos podem intervir na tomada da decisão administrativa, orientando a administração para que adote medidas que realmente atendam ao interesse público.

Dentro deste contexto, é mister salientar, a importância desta discussão gerando um debate sobre a complexa relação composta de três pilares: Água, Meio Ambiente e Sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CASTRO, J.E. & HELLER, L. Política pública e gestão de serviços de saneamento. 2013.
2. Ministério da Saúde MS. PORTARIA Nº 2.914. p. 02, 2011.
3. MORAES, L.R.S & BORJA, P.C. O acesso às ações e serviços de saneamento básico como um direito social – Adaptação de trabalho publicado no Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, XII. 2006.
4. ROSSI, R.A.; MORAES, L.R.S.; SANTOS. Água como direito e como mercadoria – os desafios da política. 2013.
5. SÁ DE OLIVEIRA, M.T.C. Aspectos conceituais e metodológicos da participação e do controle social. 2006.